



Senado analisa reforma política com voto misto

Proposta em análise em comissão altera o sistema de escolha dos deputados federais, para que cada eleitor passe a votar tanto num candidato de seu distrito quanto num partido, que faria uma lista preordenada de políticos

Na próxima eleição, o brasileiro pode passar a ter dois votos para escolher os deputados federais. A mudança está num substitutivo que pode ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça. O novo sistema mescla o modelo distrital (com os estados divididos em distritos, tendo cada distrito um deputado) e o de lista preordenada (no qual os candidatos saem de uma lista definida pelos partidos antes das eleições). A lista fechada é defendida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, que quer aprovar a reforma até setembro. **3**



Cabos eleitorais fazem campanha de rua: sistema proposto já é adotado por países como Alemanha, Bolívia e Nova Zelândia

Comissão discute atuação do Brasil no contexto internacional

A atuação do Brasil na ordem internacional será tema do primeiro painel do ciclo de debates promovido pela Comissão de Relações Exteriores, que acontece hoje, às 18h. Foram convidados os embaixadores Rubens Barbosa e Gelson Fonseca, além do professor Eduardo Viola. **4**



Fernando Collor, presidente da Comissão de Relações Exteriores



Vanessa Grazziotin, da Procuradoria, e Simone Tebet, do Observatório



Procuradoria e Observatório ajudam a elaborar políticas para as mulheres

No mês do Dia Internacional da Mulher, o Senado deu especial atenção ao trabalho de dois órgãos: a Procuradoria Especial da

Mulher e o Observatório da Mulher. Ambos foram criados para promover políticas voltadas para combate à violência contra a mulher. **2**

Fim do foro privilegiado está na pauta do Plenário

Apauta de votações nesta semana tem quatro propostas de emenda à Constituição. Além da PEC do foro privilegiado, os senadores devem avaliar a que veda a edição de medidas provisórias

que causem desequilíbrio financeiro em contratos públicos, a que altera a forma de escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal e a que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. **4**



Senadores retomam nesta semana a análise de quatro propostas de emenda à Constituição que estão na ordem do dia

Sindicatos debatem reformas previdenciária e trabalhista

A Comissão de Direitos Humanos faz hoje a quarta reunião sobre as reformas previdenciária e trabalhista. Foram convidados representantes de sindicatos e associações de aposentados. **3**

Projetos buscam evitar paralisação de obra pública e dar rigor a licitação

A Comissão de Constituição e Justiça avalia dois projetos que objetivam reduzir as suspensões de obras públicas. Um deles cria restrições para paralisar obra iniciada e outro torna a licitação mais rigorosa. **3**

Fórum Pró-Ferrovia pede dois novos trechos de trilhos



Proposta de construção de dois novos trechos da Ferrovia Senador Vicente Vuolo foi debatida na sexta-feira em Cuiabá. O encontro foi organizado pelo Fórum Pró-Ferrovia e contou com a participação dos senadores Wellington Fagundes e José Medeiros. **2**

Wellington Fagundes (E) e José Medeiros (D) debatem, em Cuiabá, expansão de ferrovia em Mato Grosso

Senado mantém estruturas voltadas para as mulheres

No mês dedicado às mulheres, receberam especial destaque no Senado as atividades da Procuradoria Especial da Mulher e do Observatório da Mulher, criados para ajudar na luta pelas causas femininas

O SENADO POSSUI dois órgãos que atuam diretamente na luta para o fim da violência contra as mulheres: a Procuradoria Especial da Mulher, criada em 2013, e o Observatório da Mulher, criado em março de 2016.

Desde a criação, a Procuradoria trabalha para inserir o Senado no debate sobre questões de gênero e na luta pela construção de uma sociedade em que mulheres e homens tenham os mesmos direitos.

Para a procuradora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o órgão é um instrumento na luta pela igualdade plena e no enfrentamento da violência contra mulheres:

— A Procuradoria é relativamente nova, mas já colhemos frutos importantes. Fizemos inúmeras atividades e fechamos o ano passado com um seminário em parceria com a ONU Mulheres e com o Banco Mundial. Temos conseguido unificar as senadoras em torno dos temas da Procuradoria.

O órgão acompanha assuntos legislativos de interesse das mulheres, encaminha denúncias, pede e acompanha



Vanessa Grazziotin e Simone Tebet no lançamento da cartilha *Lei Maria da Penha*

apurações. No fim de 2016, a procuradoria promoveu o seminário Mais Mulheres no Poder, que trouxe 457 mulheres ao Senado para definir diretrizes para a luta das mulheres no Parlamento.

Parcerias

Voluntária do grupo Mulheres do Brasil, Ana Maria Drummond ressaltou que a cooperação com a Procuradoria da Mulher é contínua. A representatividade feminina no Legislativo e no Executivo é um dos temas, que, segundo ela, são defendidos pelo grupo e pela Procuradoria.

— Somos um grupo independente, suprapartidário, que entende que espaços como a Procuradoria servem para fortalecer o que já vem sendo feito. Se a Procuradoria lança uma cartilha *Mais Mulheres na Política*, temos interesse de replicar o material — disse Ana Maria.

O Observatório da Mulher contra a Violência é uma iniciativa de Simone Tebet (PMDB-MS). Para ela, o órgão foi um dos maiores avanços da pauta feminina no Senado nos últimos dois anos. A ideia surgiu na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que constatou que a falta de dados oficiais seguros faziam com que os recursos das políticas públicas para as mulheres fossem mal aplicados.

— Estávamos enxugando

gelo. O problema não é a falta de dinheiro. A raiz do problema era cultural, portanto, de educação. Além disso, constatamos que o fato de não termos dados oficiais seguros fazia com que as políticas públicas e os poucos recursos que tínhamos e temos fossem mal aplicados — disse Simone.

O objetivo do Observatório é ser uma plataforma de referência em dados, pesquisas, análises e intercâmbios entre instituições e pessoas que atuam no combate à violência contra mulheres. Os dados subsidiam o trabalho da Procuradoria da Mulher e da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

— O Observatório é novo, mas está dando resultados. Recentemente saiu a primeira pesquisa de uma série que faremos para dar um norte aos trabalhos dos observatórios — afirmou a senadora.

Simone ressaltou a importância de conhecer a realidade de cada estado e unificar os dados nas áreas de atuação: das secretarias de Saúde e de Assistência Social municipais e estaduais e das secretarias de Segurança Pública dos estados.

— Precisamos ter dados da secretaria de Segurança Pública, mas também precisamos de dados dos hospitais, dos postos de saúde. Precisamos ter dados da assistência social e das secretarias de Saúde — avaliou Simone.

Parlamentares e produtores de Mato Grosso se unem por ferrovia

Encontro organizado pelo Fórum Pró-Ferrovia em Cuiabá debateu na sexta-feira a proposta de construção de dois novos trechos da Ferrovia Senador Vicente Vuolo. Wellington Fagundes (PR-MT) e José Medeiros (PSD-MT) participaram.

Para Fagundes, as novas etapas são fundamentais para a estrutura do estado

— Temos que aproveitar para pressionar tanto a ANTT quanto o governo [federal],

para mostrar o que Mato Grosso quer — afirmou.

Medeiros observou que obstáculos podem aparecer. — Impossível o país ir para a frente. Nossa luta será para tirar os gargalos — disse.

Os trilhos chegam hoje até Rondonópolis (MT), saindo do Porto de Santos. O objetivo das novas etapas é diminuir o gargalo logístico, resultando em novas indústrias e redução de custos ao setor produtivo estadual.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Reformas

9h A comissão realiza audiência interativa sobre as reformas previdenciária e trabalhista.

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

CRE O Brasil e a ordem internacional

18h A comissão promove audiência interativa com os diplomatas Rubens Barbosa, Gelson Fonseca e o professor Eduardo Viola, no ciclo O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?

CDH Carne Fraca

9h Audiência interativa debate a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal.

CAE Crédito para santas casas

10h A comissão pode votar o PLS 744/2015, que cria linhas de crédito especial para santas casas, e mais 13 itens.

CE Professores da rede pública

11h Na pauta da comissão, o PLS 294/2014, sobre a avaliação dos professores na educação básica pública, e mais 26 itens.

MP 755/2016 Fundo Penitenciário

14h30 Audiência interativa para instruir a MP que trata da transferência direta de recursos do Fundo Penitenciário aos estados e Distrito Federal.

MP 757/2016 Taxa para a Suframa

14h30 Audiência sobre a MP que institui taxa de controle de incentivos para a Superintendência da Zona Franca de Manaus.

CMO Instalação

14h30 Instalação e eleição do colegiado.

CCT Gilberto Kassab

8h30 A comissão faz audiência interativa com o ministro de Ciência e Tecnologia.

CDR Normas para brinquedos

8h30 A comissão analisa três itens. Entre eles, o PLC 159/2015, que exige normas da ABNT para brinquedos de parquinhos.

CAS Diretoria da Anvisa

9h A comissão analisa a recondução de Fernando Mendes Garcia Neto para a Anvisa.

CCJ União estável homoafetiva

10h A comissão pode votar o PLS 612/2011, que reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo, e mais 33 itens.

CAE Efeitos da Carne Fraca

14h A comissão faz audiência sobre os impactos econômicos da Carne Fraca.

MP 752/2016 Contratos de parceria

14h30 Relatório da MP sobre a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria.

MP 759/2016 Amazônia Legal

14h30 Eleição da comissão da MP sobre regularização fundiária na Amazônia Legal.

QUARTA

TERÇA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burre

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proposta une lista preordenada e voto distrital

Mudança na Constituição, que está na CCJ, institui um sistema misto para a eleição dos deputados federais. Reforma política deve sair neste ano

O SENADO DEVE votar nos próximos meses uma reforma política que, sendo aprovada, modificará profundamente o sistema de eleição para a Câmara dos Deputados. Das várias reformas em análise, uma prevê a mistura do voto em lista fechada, que é defendido pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira, com o voto distrital, que é encampado por vários senadores.

Trata-se do substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a três propostas de emenda à Constituição (PECs) que modificam a eleição para a Câmara. O substitutivo já pode ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O substitutivo institui o sistema proporcional misto para a Câmara, que mescla características da lista fechada — em que o eleitor vota em um partido, e os candidatos são eleitos a partir de listas partidárias predefinidas — e do modelo distrital — em que os estados são divididos em distritos e cada distrito elege um representante, numa disputa

majoritária.

Nesse sistema misto, os eleitores teriam direito a dois votos para a Câmara: um para o candidato do seu distrito e outro para um partido. Metade dos deputados de cada estado viria das disputas nos distritos e a outra metade, das listas partidárias. Neste último caso, o que decidiria os vencedores seria a votação proporcional de cada partido.

Na semana passada, Eunício afirmou que o Congresso “está pronto” para o debate sobre uma reforma eleitoral profunda. Ele tem trabalhado com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para aprovar novas regras até setembro, para que já possam valer nas eleições de 2018.

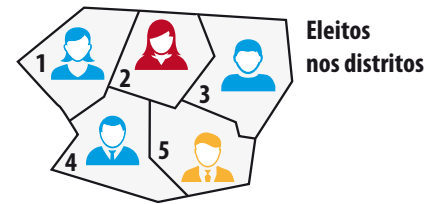
Os sistemas

As três propostas que estão sob a relatoria de Raupp são a PEC 61/2007, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC 90/2011, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), agora ministro das Relações Exteriores, e a PEC 9/2015, de Reguffe (sem partido-DF).

Para Raupp, o sistema misto tem dois benefícios: tornaria as campanhas mais baratas, visto que no sistema de distritos os candidatos precisam fazer campanha em áreas menores,

Voto distrital + lista fechada

No sistema misto, o eleitor vota em um candidato de seu distrito e em um partido. Os candidatos escolhidos por partido saem de uma lista definida pela legenda antes da eleição. Tomemos como exemplo um estado que tem 5 distritos. Esse estado poderá ter 10 deputados: 5 eleitos pelos distritos e 5 pela lista, com base nos percentuais de votos obtidos pelos partidos.



Se o **Partido A** obtiver percentual suficiente para eleger **5 deputados** e vencer em **3 distritos** sua composição na Câmara será:



Partido A: 5 deputados

Se o **Partido B** obtiver percentual suficiente para eleger **4 deputados** e vencer em **1 distrito** sua composição na Câmara será:



Partido B: 4 deputados

Se o **Partido C** obtiver percentual suficiente para eleger **1 deputado** e não vencer em nenhum distrito sua composição na Câmara será:



Partido C: 1 deputado

Total: 10 deputados

Ainda que o **Partido D** não obtenha percentual suficiente para eleger deputados, mas algum candidato vença em um distrito, ele será eleito.



Partido D: 1 deputado

Nesse caso a representação do estado aumentará

Total: 11 deputados

e fortaleceria os partidos, eliminando a competição interna ao consolidar os candidatos em uma lista.

O sistema misto exige que cada estado seja repartido em um número de distritos eleitorais equivalente à metade da sua representação na Câmara, arredondada para cima. Por exemplo, o Distrito Federal, com oito deputados federais, teria quatro distritos. A Bahia, que tem 39 deputados, seria dividida em 20 distritos.

A divisão seria responsabilidade do TSE. No estado, os distritos devem buscar conter número semelhante de eleitorado, para que a diferença entre eles nunca ultrapasse 10%.

No distrito, cada partido poderia lançar um único candidato, sendo proibida a coligação. Os eleitores do distrito votariam em um candidato. O mais votado de cada distrito estaria automaticamente eleito para a Câmara. Dessa forma, estaria preenchida a metade da representação federal de cada estado.

O segundo voto do eleitor seria dado a um partido. Antes da eleição, cada partido faria uma lista dos candidatos em cada estado, em ordem preestabelecida. A lista pode conter candidatos que concorram em disputas distritais. Seria vedada a coligação.

Todos os votos nas listas

partidárias seriam compilados para definir a proporção de cadeiras a que cada legenda teria direito. Um partido com 10% dos votos em um estado ocuparia 10% da bancada na Câmara. Essa proporção, porém, já consideraria os deputados eleitos nas disputas distritais.

A partir desse cálculo é que seria preenchida a segunda metade das cadeiras do estado. Excetuados os vitoriosos nos distritos, os partidos preencheriam o restante das cadeiras a que têm direito com nomes da lista, selecionando-os na ordem predefinida.

Regras de suplência e número total de deputados podem mudar

O sistema proposto reconhece a possibilidade de um partido conquistar, nos distritos, quantidade de deputados maior que a que teria direito pela votação proporcional. Nesse caso, todos os deputados eleitos nos distritos teriam os mandatos assegurados, mas o partido não elegeria ninguém pelo sistema da lista.

Todos os outros partidos também teriam a representação proporcional assegurada, além dos próprios representantes eleitos nos distritos. A consequência disso é que o estado onde este cenário acontecesse ganharia representantes a mais.

Por exemplo: caso um partido vencesse em dois distritos de um estado, porém obtivesse quantidade de votos na sua lista suficiente para apenas um deputado, ele garantiria os seus dois representantes e não elegeria nenhum membro da sua lista. O estado teria um deputado a mais na sua bancada durante aquela legislatura.

Isso significa que no sistema misto há a possibilidade de a Câmara ter mais do que o máximo de 513 membros em uma legislatura.

No entanto, haveria um problema para o caso brasileiro,

pois a Constituição estabelece o máximo de 70 deputados por estado na Câmara (número só alcançado hoje por São Paulo). Cenários de vagas extras poderiam levar o total a ser ultrapassado, o que seria inconstitucional.

Por isso, Raupp neste momento está fazendo ajustes no relatório e espera devolvê-lo à comissão ainda nesta semana. Ao ser devolvido, entrará imediatamente na pauta.

A transição para o sistema misto também acarretaria mudanças na suplência. Os deputados eleitos pela lista seriam substituídos, em caso de licença ou vacância do mandato, pelos nomes subsequentes na lista, na ordem especificada. Já os eleitos nos distritos seriam substituídos por nomes da lista apenas na hipótese de a vaga surgir no seis meses anteriores à eleição regular. Se a vaga surgir antes, haverá nova eleição.

Pela PEC 61, o sistema misto seria adotado apenas para a Câmara dos Deputados. Os pleitos para os Legislativos estaduais e municipais continuariam iguais. Seis países já adotam o sistema: Alemanha, Bolívia, Escócia, Lesoto, Nova Zelândia e País de Gales.

Senadores avaliam benefícios de modelo misto

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), é um dos incentivadores do sistema misto. Ele disse que, em 1976, passou um mês na Alemanha Ocidental acompanhando as eleições para o Parlamento e pôde presenciar a efetividade do modelo. Para ele, seria possível adotar no Brasil uma versão adaptada à realidade local, mas é preciso “determinação” e “coragem” para isso.

Jader Barbalho (PMDB-PA) também apoia o sistema misto. Para ele, a opção seria melhor que adotar a lista fechada como modelo único, o que considera pouco democrático.

— A lista fechada vai permitir que os donos do partidos controlem a lista.

Outros senadores também

criticaram a exclusividade da lista fechada. Kátia Abreu (PMDB-TO) afirmou que ela “tira poder do eleitor” e Reguffe completou dizendo que ela “transfere esse poder para as cúpulas partidárias”. Como as lideranças de cada legenda teriam a prerrogativa de organizar as listas, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o modelo levaria ao “predomínio da burocracia” nas estruturas partidárias. Já Ana Amélia (PP-RS) classificou a ideia como “um desserviço à liberdade do eleitor”.

— É o partido que está colocando um pacote pronto e acabado para o eleitor receber na hora da eleição. Ele pode ter surpresas de, naquela lista, estar alguém que ele jamais

escolheria — observou.

Marta Suplicy (PMDB-SP) destacou que o sistema de lista pode ser positivo se ajudar a ampliar a participação de mulheres na política. A lista, disse, deveria obrigatoriamente alternar candidatos homens e mulheres.

Já o modelo distrital recebeu elogios. Para Kátia Abreu, ele representa “o poder total” nas mãos dos eleitores. Reguffe disse que ter um representante exclusivo para cada distrito seria bom para a representatividade.

— O voto distrital aproxima a política do cidadão. Vai exigir que o eleito tenha que prestar contas, porque é só um para ser fiscalizado.

O presidente do Senado defendeu a lista fechada como algo que pode “despersonalizar a política e fortalecer os partidos”, pois, disse, induz o eleitor a votar a partir de uma afinidade ideológica, e não de uma atração pessoal por um candidato específico. Para Eunício, ela também poderia acabar com o fenômeno dos “puxadores de votos” — candidatos midiáticos lançados pelos partidos apenas para inflar a votação da legenda.



Raupp é relator das 3 PECs que alteram eleição e apresentou texto alternativo

Geraldo Magela/Agência Senado

Plenário tem quatro PECs na pauta da semana

Proposta que restringe edição de MPs está pronta para ser votada em 1º turno. As demais, como a que extingue o foro privilegiado, devem passar por sessões de discussão

A PAUTA DO Plenário desta semana tem quatro propostas de emenda à Constituição (PECs). Uma delas é a que extingue o foro especial por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nos crimes comuns.

De Alvaro Dias (PV-PR), a PEC 10/2013 também permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações penais comuns. Hoje eles são julgados pelo Supremo Tribunal Federal e só podem ser presos após condenação definitiva dessa Corte.

Das quatro propostas em pauta, uma está pronta para ser votada em primeiro turno. É a PEC 111/2015, que veda a edição de medidas provisórias (MPs) que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos da administração pública com particulares ou outros órgãos. A proposta, que já passou por cinco sessões de discussão em Plenário, estava prevista para ser votada em primeiro turno na semana



Marcos Oliveira/Agência Senado

Propostas de emenda à Constituição serão discutidas pelos senadores em Plenário antes da votação em primeiro turno

passada, mas os senadores não chegaram a um consenso sobre qual versão deve ser avaliada: o texto original, de Renan Calheiros (PMDB-AL), ou o substitutivo do relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

Para o autor, a mudança trará mais segurança jurídica, aumentando a possibilidade de investidores estrangeiros aportarem no país. O substitutivo de Jucá retira da proibição temas tributários e financeiros, para que o governo não perca

o poder de editar mudanças urgentes, como planos econômicos. Depois da discussão de ambos os textos, o próprio autor pediu a retirada da PEC, para que os senadores possam analisar melhor a questão.

Ministros do STF

A pauta também inclui a PEC 35/2015, que altera as regras para escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta, de Lasier Martins (PSD-RS), estabelece

que o presidente da República terá de exercer a escolha a partir de uma lista tríplice, elaborada por um colegiado.

O indicado continuará a ser sabatinado pelo Senado para ser confirmado para o cargo. A PEC estabelece mandato de dez anos para os ministros do Supremo. Também torna-os inelegíveis para cargo eletivo pelo prazo de cinco anos após o término do mandato.

Outra PEC incluída na ordem do dia é a que cria o Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (PEC 24/2012). O objetivo é garantir um fundo para ações de segurança pública, com mais dinheiro para o poder público combater a criminalidade. O autor da PEC, João Capiberibe (PSB-AP), defende o estabelecimento de condições financeiras para a capacitação de policiais e a aquisição de equipamentos e instalações mais modernos.

Calendário

Com exceção da PEC das MPs, as outras propostas vão cumprir a terceira sessão de discussão em primeiro turno.

Após cumprirem as cinco sessões de discussão, as PECs poderão ser votadas em primeiro turno. Precisarão de pelo menos 49 votos favoráveis para serem aprovadas. Depois disso, serão necessárias mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno, com a mesma exigência de votos. Caso sejam aprovadas nessas duas etapas, seguirão para a Câmara dos Deputados.

Papel do Brasil no mundo é tema de ciclo de audiências

A atuação do Brasil na ordem internacional contemporânea será tema do primeiro painel do ciclo da Comissão de Relações Exteriores (CRE), que se intitula O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?. Os debates serão quinzenais, às 18h de segunda-feira.

Para o primeiro debate, os convidados são os embaixadores Rubens Barbosa e Gelson Fonseca Junior e o professor Eduardo Viola. Com o tema “Tempestade ou calmaria? A configuração da ordem internacional contemporânea e a atuação do Brasil”, a audiência vai abordar a ordem que emergiu após a Guerra Fria; o período posterior ao 11 de Setembro; as iniciativas do Brasil nos planos do multilateralismo, da geopolítica e da segurança internacional; e a soberania brasileira frente aos desafios internacionais.

— Optamos por convidar aqueles com vasta experiência, mas que não estão mais ocupando postos no governo, como acadêmicos e profissionais que têm em relações internacionais e defesa nacional seu objeto de estudo e reflexão — disse o presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL).

Comissão de Direitos Humanos volta a debater Previdência

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência Social encaminhada pelo governo ao Congresso voltará a ser debatida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) hoje, às 9h. Será a quarta reunião de um ciclo de debates sobre as reformas previdenciária e trabalhista.

Para a audiência, foram convidados representantes de sindicatos de trabalhadores e associações de aposentados e pensionistas.

Entre outros pontos, a PEC 287/2016, em análise na Câmara dos Deputados, fixa uma idade mínima de 65 anos de idade para homens e mulheres terem direito à aposentadoria. As novas regras, se aprovadas, valem para os trabalhadores do setor público e do

setor privado e preveem que trabalhadores rurais também terão de contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que, pela lei atual, não é obrigatório.

A presidente da CDH, senadora Regina Sousa (PT-PI), e o autor do requerimento para o ciclo, senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do colegiado, têm feito críticas à proposta de reforma.

Paim, que protocolou pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a situação financeira da Previdência, afirma que não há déficit na seguridade social, principal argumento do governo para apresentar a proposta.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Roque de Sá/Agência Senado

Regina Sousa, presidente da comissão, e Paulo Paim (C), vice-presidente



Pedro Franco/Agência Senado

Gurgacz é autor de projeto que veda suspensão de obra por razão preexistente

Propostas buscam restringir a paralisação de obras públicas

Dois projetos que visam dificultar a paralisação de obras públicas e assegurar mais rigor em licitações estão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta semana.

O PLS 447/2012, de Acir Gurgacz (PDT-RO), muda a Lei de Licitações para estabelecer que, “iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico”.

Relator na CCJ, José Pimentel (PT-CE) considerou legítima a proposta, por impedir que razões anteriores à aprovação do projeto básico da edificação possam ser invocadas para suspender ou cancelar a execução da obra. Ele entende que a medida dará maior segurança jurídica aos contratos administrativos.

Deve ser analisado também o substitutivo de Antonio Anastasia (PSDB-MG) ao PLS

401/2013, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A proposta torna a licença ambiental de instalação uma condição para a assinatura de contrato de licitação. Essa licença é necessária para atividades que usem recursos ambientais.

Pela regra em vigor, obras podem ser licitadas com a licença prévia, que tem caráter precário e é obtida na fase preliminar. Segundo Aloysio, a facilidade de concessão de licenças prévias e a deficiência dos projetos básicos resultam com frequência na paralisação de obras já licitadas e em prejuízo ao erário, por problemas na obtenção da licença ambiental de instalação.

Os dois projetos receberão decisão final na CCJ. Se forem aprovados e não houver recurso para votação no Plenário do Senado, seguirão para a Câmara dos Deputados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela